



GT 12. Antropologia das Relações Humano-Animal

Coordenador(es):

Andréa Barbosa Osório Sarandy (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Sessão 1 - Pragas, peçonhas e animais hostis

Debatedor/a: Ana Paula Perrota Franco (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Sessão 2 - Conservação, tempo e espaço nas relações humano-animais

Debatedor/a: Jean Segata (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 3 - Predação, proteção e trabalho animal

Debatedor/a: Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

O campo das relações humano-animal, ou Animal Studies, teria emergido na década de 1970 em meio a movimentos de proteção animal que, não obstante, remontam ao século XIX. Na verdade, os animais participam das análises antropológicas há muito tempo. Algumas análises identificaram dois paradigmas correntes: um que pode ser chamado de materialista, em busca do animal “real”; e outro semiótico, pós-estruturalista ou simbólico, em busca de representações. Mais recentemente, a emergência de reflexões sobre o perspectivismo ameríndio realçou a centralidade dos animais em aspectos da vida religiosa e cosmológica de populações ameríndias, com um forte impacto nas conhecidas relações entre natureza e cultura. O presente Grupo de Trabalho pretende ser um espaço para reflexões teóricas e pesquisas empíricas acerca das relações entre animais humanos e não humanos, a partir de um viés antropológico. Serão aceitos trabalhos tanto sobre as percepções simbólicas quanto sobre relações concretas materiais entre ambos. Entre eles, destacam-se produções voltadas aos animais de estimação, de abate, de tração, animais da fauna silvestre brasileira ou estrangeira, caça, criações, rinhas, concursos, turismo, animais de laboratório; em meio urbano, rural ou entre populações ameríndias e mesmo fora do continente americano; relações cotidianas, científicas, religiosas, alimentares, ideológicas, morais, artísticas, legislação, políticas públicas, saúde, entre outras possibilidades.

Cavalos que trabalham: disputas entre carroceiros e defensores dos direitos dos animais

Autoria: Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira (UNB - Universidade de Brasília)

O objetivo desta comunicação é apresentar alguns resultados da pesquisa sobre o conflito e as controvérsias envolvendo a tração animal em Belo Horizonte e Região Metropolitana. Enfoco as modificações na legislação e na atuação do poder executivo municipal nas duas últimas décadas, descrevendo alguns desdobramentos da atuação do Estado. Também apresento a intensificação do conflito nos últimos cinco anos, com base nos works de campo que realizei neste período. Após uma análise das matérias de jornal, dos artigos científicos e das dissertações acadêmicas que abordaram o tema, procuro responder por que os termos postos no debate público são inadequados, ou, ao menos, insuficientes, para compreendermos os diferentes sentidos que incidem sobre a relação entre carroceiros e cavalos nas cidades. O estatuto moral dos animais não humanos vem sendo objeto de acaloradas discussões acadêmicas e jurídicas, implicando controvérsias acerca dos deveres (diretos e indiretos, positivos e negativos) dos humanos, dos “direitos” dos animais, da eventual abolição da possibilidade de animais serem considerados propriedade, dentre outros. Por sua vez, os carroceiros passaram a acionar novos argumentos e criar redes de apoio que sustentam algumas premissas cosmopolíticas, como a) os cavalos não são “ferramentas”; b) são sujeitos, e devem receber proteção moral e



jurídica; c) o work animal precisa ser normatizado e fiscalizado. Apresento, assim, uma abordagem etnográfica do conflito.



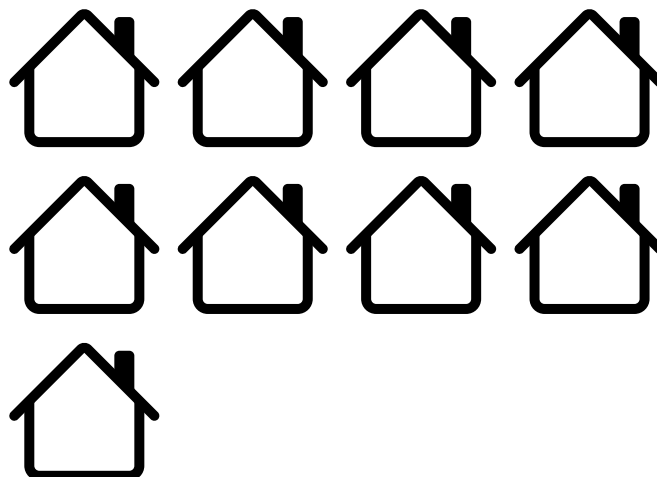
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: